



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MS**

**ANEXO I**

**TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Projeto Básico, conforme versão dezembro/2018, apresenta-se como anexo esse termo, elaborado pelo responsável técnico pelo Termo de Referência, no qual especifica-se os pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para a adequada satisfação do interesse público.

**2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. No que tange a técnica de execução do objeto a ser contratado não será admitida a participação de sociedades cooperativas, pois os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

2.2. Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual não tem formação e ou competência para exprimir opinião fundamentada.

**3. REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O objeto desta licitação é a execução da reforma da nova sede administrativa da DPF/PPA/MS, o qual, por meio dos projetos e outros documentos técnicos, foram definidos os quantitativos de forma precisa.

3.2. Conforme explicitado nos comentários do modelo de projeto básico da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

*Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:*

*a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;*

3.3. Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, recomenda-se a adoção do regime de execução – Empreitada por **Preço Unitário**. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1977/2013, trecho abaixo transcrito:

“a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase

contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras”;

3.4. Por se tratar de um serviço comum de engenharia, com precisão em relação aos quantitativos de serviços em razão dos motivos apresentados no item 3.1, o regime de execução por preço unitário torna-se o mais adequado a presente licitação. Este método apresenta as seguintes características:

- 3.4.1. A precisão da medição dos quantitativos é muito mais crítica;
- 3.4.2. A remuneração da contratada, nesse regime, é feita em função das unidades de serviço efetivamente executadas;
- 3.4.3. Valor final do contrato é, em princípio, oscilante para mais ou para menos em função da precisão das estimativas;
- 3.4.4. Apresenta menor risco para o construtor, na medida em que ele não assume risco quanto aos quantitativos de serviços (riscos geológicos do construtor são minimizados);
- 3.4.5. O serviço pode ser licitado com um projeto com grau de detalhamento inferior ao exigido para uma empreitada por preço global ou integral.

#### **4. SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. O objeto da licitação é a execução da reforma da nova sede administrativa da DPF/PPA/MS. Porém, do ponto de vista técnico apenas o gerenciamento seria objeto de vedação para subcontratação, haja vista a responsabilidade da empresa na entrega de todos os serviços.
- 4.2. Diante do exposto, e em consonância, não se apresenta óbices quanto à subcontratação, de modo a não ultrapassar o percentual expresso no Termo de Referência de 30%, visto que todos os atos da mesma serão igualmente fiscalizados e atestados por fiscal técnico do contrato.

#### **5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

##### **5.1. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**

- 5.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome da Empresa, expedida pelo CREA (Conselho Regional Engenharia e Agronomia), dentro do seu prazo de validade, da qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com os serviços e fornecimento de equipamentos deste objeto e a relação dos seus responsáveis técnicos. Também serão aceitas as Certidões expedidas pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).
- 5.1.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica registrados no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas:
  - 5.1.2.1. Execução de no mínimo 400m<sup>2</sup> de pintura mecânica ou manual em paredes internas ou externas de edificação.
  - 5.1.2.2. Execução de instalações elétricas em obra de no mínimo 200m<sup>2</sup>.
- 5.1.3. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a seguir discriminadas:

I - Responsáveis Técnicos (RT), nas áreas de arquitetura, engenharia civil ou engenharia elétrica;

II - Especificar instalações físicas, aparelhamento específico, equipamentos, softwares licenciados, etc., para o atendimento ao objeto contratado nas cidades indicadas.

5.1.4. **Não será admitido** somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional exigida.

## 5.2. *CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL*

5.2.1. Para o Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista ou Arquiteto:

5.2.1.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA e/ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação conforme item 5.1.2.

5.2.1.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

- a) O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- b) O administrador ou o diretor;
- c) O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e
- d) O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

5.2.2. **Será admitido** somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-profissional exigida.

5.3. A qualificação técnica operacional se faz necessária em razão da necessidade de contratação de empresas especializadas com experiência de execução de serviços de engenharia que exijam cumprimento de prazo, execução com prédio vivo (ocupado), serviços em altura (necessidade atendimento às normas), conhecimento sobre técnicas de pinturas (vários tipos de pinturas), gerenciamento de canteiros de obra com equipes multidisciplinares, dentre outros.

5.4. A proibição de somatório de atestados em relação a capacidade Técnica Operacional se faz necessária tendo em vista que os prédios onde serão executados os serviços não serão desocupados. A rotina de execução das atividades policiais deverá ser o mínimo possível prejudicada, exigindo experiência da Contratada com execução de serviços semelhantes.

5.5. Outro ponto que vale a pena destacar, é que a execução de serviços em edificações de pequeno porte não é semelhante a execução de serviços em edificações de grande porte. A execução de serviços nestas, envolvem técnicas que em muitas vezes não estão presentes naquelas, tais como: trabalhos em altura, gerenciamento de grandes equipes, planejamento adequado, logística adequada para compra de materiais, dentre outros. Portanto, a restrição se torna necessária na presente licitação.

## 6. **VISTORIA**

6.1. As licitantes interessadas na licitação poderão agendar uma vistoria técnica, previamente agendada, in loco, através de profissional técnico representante da empresa o qual inspecionará o local dos serviços e cercanias, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a

informação necessária à elaboração da proposta. Todos os custos associados à visita e inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

6.1.1. A vistoria poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública, das 9h às 16h, mediante agendamento pelo telefone: (67) 3368-1181 - Grupo Técnico em Edificações - GTED/SELOG/SR/PF/MS e comparecimento nos endereços de execução dos serviços relativos a cada lote conforme abaixo:

6.1.1.1. Rua Antônio João, nº 1371, Bairro Centro, Município de Ponta Porã/MS.

6.1.2. Por ocasião da vistoria, em se tratando de área de segurança, será proibido fotografar ou filmar qualquer tipo de documento ou as instalações, sob pena da empresa ser impedida de participar do processo licitatório. Será disponibilizado para visualização todos projetos, não sendo permitido porém cópia dos mesmos. Os arquivos serão entregues apenas a vencedora do certame licitatório mediante assinatura de Termo de Confidencialidade e Responsabilidade dos dados recebidos.

6.1.2.1. Durante a realização da(s) vistoria(s), o representante da empresa será acompanhado por servidor designado para tal fim;

6.1.2.2. Todas as regras de permanência e segurança em ambiente policial deverão ser respeitadas sob orientação do servidor que acompanhará a vistoria.

6.1.3. Para visualização dos projetos, a empresa deverá comparecer na R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande / MS, setor GTED/SELOG/SR/PF/MS, pois é onde fica localizado o grupo de engenharia da Polícia Federal no estado de Mato Grosso do Sul.

6.1.3.1. A área onde será executada a reforma da nova sede administrativa está de acordo com o projeto, portanto é primordial a realização de visita técnica no GTED/SELOG/SR/PF/MS como forma de se interagir a respeito de todas as condicionantes para a realização dos serviços.

6.1.4. A vistoria deverá ser realizada por pessoa especialmente credenciada como representante da licitante;

6.1.5. O Termo de Vistoria poderá ser substituído por Declaração emitida do Responsável Técnico de que possui pleno conhecimento do objeto;

6.1.6. Em nenhuma hipótese a Adjudicatária poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos;

6.1.7. Não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma licitante;

6.2. A vistoria não será obrigatória como forma de tornar a licitação menos restritiva, porém é de suma importância a realização da mesma. Desta forma, as empresas interessadas poderão, durante a vistoria, conhecer, com a tranquilidade devida, o local de realização dos serviços, levantar in loco os aspectos de logística intrínsecos da área onde os serviços serão realizados, bem como pesquisar os fatores que possam chegar a influenciar no desenvolvimento dos trabalhos durante a execução dos serviços de engenharia não sendo aceitos o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados dos projetos.

## **7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO**

7.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao parcelamento do objeto, visto que esta é a regra a ser observada pela Administração nas licitações, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

7.2. O parcelamento dos serviços a serem executados é tecnicamente inviável pois traria descontinuidades perigosas à eficácia de execução dos serviços pois um é interdependente de outro e a não

execução de um poderia acarretar na não execução de outro. Nesse sentido, Fernandes, 2010, escreveu: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos”.

7.3. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, o fornecimento de peças e a execução dos serviços especializados poderão ser objetos de subcontratação.

## **8. ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PELA CONTRATADA**

8.1. Como os projetos já foram confeccionados pela equipe do GTED/SELOG/PF/SR/MS, não se aplica a necessidade de realização de projetos executivos pela contratada.

## **9. SUSTENTABILIDADE**

9.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência foram verificados a partir do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 2ª edição, setembro/2019, aplicáveis a presente contratação.

9.2. Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro 2010, os projetos consideraram o uso de materiais e equipamentos que irão reduzir o impacto ambiental, tais como:

9.2.1. Utilização de equipamentos de climatização mecânica com baixo consumo de energia, e serão instalados em ambientes realmente indispensáveis;

9.2.2. Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência, e de baixo consumo de energia;

9.2.3. Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;

9.2.4. Observância ao gerenciamento de resíduos à serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

9.3. A LICITANTE contemplada deverá seguir recomendações constante no anexo VI e legislações vigentes.

9.4. A LICITANTE deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante nos anexos do Termo de Referência, documento este, integrante da proposta.

## **10. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

10.1. Não aplicável a presente licitação em razão da impossibilidade de aferição da qualidade do serviço prestado. A natureza do serviço desta licitação não exige análise de resultado.

10.2. Apesar de não ser aplicável o IMR, a qualidade de execução dos serviços deverá ser analisada pela fiscalização conforme especificado no Anexo II deste Termo de Referência e conforme normas em vigor.

**ALVANTER GARCIA MORAIS**  
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho  
Registro Nacional: CREA-MS nº 130589084-1

**JOÃO PAULO ALMEIDA LEMOS FARIA**  
Agente de Polícia Federal - Mat. 21.274  
Engenheiro Civil



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO ALMEIDA LEMOS FARIA, Agente de Polícia Federal**, em 30/09/2021, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALVANTER GARCIA MORAIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 30/09/2021, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **20382417** e o código CRC **0B38DD83**.